

## **O MST e a Construção de Representações sobre os Governos Brasileiros e suas ações, por meio do *Jornal Sem Terra* (1984-2006): considerações iniciais de pesquisa**

FABIANO COELHO\*

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido objeto de estudo nos mais diversos campos do saber, evidenciando a relevância, riqueza e dinamicidade das suas ações no contexto histórico brasileiro. Existe uma quantidade considerável de livros, teses e dissertações que procuraram sistematizar os caminhos e descaminhos que marcaram a sua trajetória histórica<sup>1</sup>. O maior interesse em estudar o Movimento se deu principalmente a partir da década de 1990, no momento em que ele estava se constituindo em todo o território nacional e chamando a atenção de grande parte dos meios de comunicação e da sociedade brasileira.

O MST foi criado oficialmente em janeiro de 1984, no transcorrer do I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado no município de Cascavel – PR. De acordo com alguns pesquisadores (FERNANDES, 1998, 1999, 2000; SILVA, 2004; BORGES, 2004) o Movimento, antes de oficialização, já vinha sendo articulado por lideranças de trabalhadores rurais de diversos estados, com o apoio de sindicatos e, principalmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No campo, o processo histórico que culminou na criação do MST, foi a luta contra a “expropriação e exploração” dos trabalhadores rurais. O processo de “expropriação” e “exploração” se caracteriza de forma combinada, isto é, tiram-lhe dos sujeitos seus meios de trabalho, para subjugar-los, ou melhor, explorá-los. De acordo com Martins, em meio aos anos de 1960, principalmente depois do Golpe Militar de 1964, ocorreu um processo violento de expropriação de pequenos lavradores, representados por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros (1991:

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

<sup>1</sup> Dentre os diversos trabalhos que são referências significativas para compreender o processo de construção, organização e ampliação das ações do Movimento no país, destaca-se: Fernandes (1998; 1999; 2000); Fernandes e Stedile (2005); Emerson Silva (2004); Cristiani Silva (2004); Borges (2004); Chaves (2000), dentre outros que, indiretamente, discutem aspectos históricos sobre a trajetória de lutas do Movimento.

50). Este fenômeno foi delineado, particularmente, por grandes empresas capitalistas apoiadas com incentivos fiscais providos do Estado<sup>2</sup>.

A articulação e o trabalho para organizar o MST, como um movimento nacional na luta pela terra, se efetivaram, principalmente, a partir da situação de “exclusão”<sup>3</sup> que trabalhadores e trabalhadoras do campo vinham sofrendo. Como enfatiza Émerson Neves da Silva, “o Movimento foi construído de forma dialética” (2004: 28). Nesse sentido, o MST não surgiu espontaneamente, mas por meio dos diálogos, das articulações políticas entre diversos grupos, e também do próprio contexto em que os trabalhadores rurais sem-terra viviam no momento. As lutas organizadas no final da década de 1970 e as articulações de lideranças de trabalhadores rurais sem-terra no início dos anos de 1980 já ensaiavam para a criação de um movimento social de caráter nacional, visando unificar a luta pela terra. Dentre essas lutas, que marcaram o contexto histórico da época, destaca-se em 1979 a luta dos posseiros da Fazenda Primavera, no extremo Oeste Paulista (FERNANDES, 1999), e a organização e resistência do acampamento Encruzilhada Natalino, em 1980, no Rio Grande do Sul (MARCON, 1997; IOKOI, 2001).

Junto ao contexto político, econômico e social do período, que foram preponderantes para a organização do MST, destaca-se também o papel fundamental que a Igreja exerceu em sua formação<sup>4</sup>. Não há como fazer considerações sobre a construção do MST sem, pelo menos, mencionar a relevância dos “agentes religiosos”<sup>5</sup> para a sistematização do Movimento. Mesmo entre as principais lideranças que articularam a criação do MST, há o reconhecimento da importância do trabalho

---

<sup>2</sup> Para compreender o processo de “expropriação” e “exploração”, ver: José de Souza Martins (1983; 1989; 1991). O autor se tornou uma referência para o entendimento de questões relacionadas à política no campo, à reforma agrária e aos movimentos sociais, especialmente, entre as décadas de 1960 e 1980.

<sup>3</sup> O termo “exclusão” é utilizado por José de Souza Martins (1997: 18), em que expressa o sentido de “privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação do bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança”.

<sup>4</sup> As pesquisas realizadas por Vendramini (1997); Vargas Netto (2007); Silva (2004); Lara Júnior (2005); Fernandes (1998); Chaves (2000), e Coelho (2007), contribuem para compreender a estreita relação do MST com as “alas progressistas” da Igreja, especialmente, em seus primeiros anos de existência.

<sup>5</sup> Por “agentes religiosos” entendem-se bispos, padres, freiras, pastores e indivíduos leigos que desenvolviam trabalhos com os homens e mulheres marginalizados na cidade e no campo, principalmente vinculados as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob a perspectiva da Teologia da Libertação. Os trabalhos de Gaiger (1987) e Sader (1988) são relevantes para compreender os trabalhos desenvolvidos pelos agentes religiosos junto aos pobres do campo e da cidade, nas décadas de 1960 e 1970.

desempenhado pelos agentes religiosos em meio aos sujeitos sem-terra, especialmente, os trabalhos ligados à CPT. João Pedro Stedile, uma figura relevante no processo de criação e organização do MST, chegou a dizer em 1997, em uma entrevista concedida a *Revista de Estudo Avançados*, que “de certa forma, o MST é um filhote da CPT”<sup>6</sup>.

Entre o processo de criação e organização do MST em diversos estados do país, nota-se que ao longo do tempo, sua organização foi (re)construindo seus discursos e práticas conforme a reorganização da própria sociedade. Cristiani B. da Silva (2004) salienta que seria um equívoco pensar que o MST da década de 1980 é o mesmo do século XXI. O MST foi revendo e transformando algumas de suas diretrizes pragmáticas, alterando também sua filosofia política ao longo da história. Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn (1997: 305), é preciso compreender a trajetória de lutas do MST, bem como o desenvolvimento político de suas bases ideológicas ao longo do tempo<sup>7</sup>. Os discursos foram se modificando de acordo com o desenvolvimento político e ideológico de seus integrantes e das próprias mudanças sociais brasileiras e globais. Cabe sublinhar que as mudanças e redirecionamentos políticos do MST não ocorreram por questões meramente de poder das lideranças em termos de cenário nacional, ou de projeção do Movimento. Isso tudo é legítimo, mas está associada também às novas demandas que são impulsionadas por uma relação de rede mundial da sociedade civil organizada, que tem procurado associar direitos tradicionais, a necessidade de conquista de direitos modernos (GOHN, 1997; 2000). Enfim, direitos que vão para além da terra, como saúde, educação, lazer, saneamento básico, dentre outros.

Neste trabalho, pretende-se apresentar algumas reflexões iniciais da pesquisa de doutorado intitulada “Entre Páginas e Representações: o MST e a construção de representações sobre os Governos brasileiros e suas ações, por meio do *Jornal Sem Terra* (1984-2006)”, iniciada no ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação em

---

<sup>6</sup> ESTUDOS AVANÇADOS. *O MST e a questão agrária*. São Paulo: IEA, v.11, n.31: 69-97, 1997.

<sup>7</sup> É preciso ressaltar que, o MST, em seu sentido mais amplo, não pode ser apenas considerado apenas um “corpo” político com suas bases ideológicas, pois, o mesmo é constituído de homens e mulheres em sua heterogeneidade, vivenciando diversas relações nos inúmeros acampamentos e assentamentos vinculados ao MST. Borges (2004) e Almeida (2005) desenvolveram pesquisas relevantes sobre a dinamicidade e as diversas relações que envolvem os sujeitos que compõem e dão vida ao Movimento. Ambas as pesquisadoras procuraram demonstrar, a partir de realidades específicas, o quão complexo se configura o processo de luta pela terra, a dinamicidade, as ambiguidades e contradições que caracterizam as diversas faces do Movimento.

História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Desde sua criação, em 1984, o MST esteve presente e atuante em diversos momentos da história do Brasil, como no final da Ditadura Militar, no processo de “abertura política” do país e na consolidação das eleições diretas para presidente, a partir de 1989. Nesse período, o Movimento se projetou como oposição e resistência aos Governos, representando-os como conservadores, elitistas e “inimigos” da reforma agrária. Assim, pretende-se discutir algumas representações do MST face aos Governos brasileiros, entre os anos de 1984 a 2006, sendo eles de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, e Luis Inácio Lula da Silva<sup>8</sup>, sobretudo, por meio do *Jornal Sem Terra*.

Por este prisma, destaca-se a importância do *Jornal Sem Terra* como um instrumento político, em que a organização do MST o utilizou para forjar representações sobre os Governos no período delimitado. A produção do *Jornal Sem Terra* começou antes mesmo da oficialização do MST. O periódico nasce em 1981, em formato de um boletim, como o nome de *Boletim Sem Terra*. Sua produção era em Porto Alegre/RS, e os responsáveis por sua organização foram a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Universitária de Porto Alegre/RS, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. O *Boletim Sem Terra*, em seu início, fora organizado para divulgar a luta dos trabalhadores no acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi/RS, bem como conseguir ajuda de grupos solidários a causa dos sem-terra. Enfim, divulgar e reunir pessoas e grupos solidários para tentar minimizar as necessidades materiais dos acampados. Após um ano e meio de existência, para além de ser um espaço apenas informativo, em que a solidariedade aos sem-terras era o cerne da produção, o boletim se transformou gradativamente, num projeto mais específico, em que seus produtores viam no impresso um potencial para colaborar e aperfeiçoar a organização dos trabalhadores<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Para além de oposição e resistência aos Governos, destaca-se que a defesa do MST é por uma sociedade Socialista, em que a lógica do capital não prevaleça, e que novas relações sociais sejam erigidas. Isto é, a oposição não é apenas sobre Governos específicos, mas face a um sistema, no caso, o capitalismo. A utopia do Movimento é alicerçada na construção de uma sociedade socialista, em que a conquista da reforma agrária se torna imprescindível para a construção de um país justo (SILVA, 2004; CORAZZA, 2003).

<sup>9</sup> No que tange ao nascimento, produção e relevância histórica do *Jornal Sem Terra* para a organização do MST, destacam-se as pesquisas realizadas por Fernando Perli (2002; 2007).

Com a oficialização do MST, em 1984, o *Boletim Sem Terra* foi incorporado a organização do Movimento, e a produção do periódico passou a ser de sua responsabilidade. Nesse mesmo ano, o boletim é transformado em tablóide, passando a ser chamado de *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*<sup>10</sup>. Em 1985, com a transferência da Secretaria Nacional do MST para a cidade de São Paulo, a produção do jornal foi deslocada também para a capital paulista<sup>11</sup>. O *Jornal Sem Terra*, em seus quase trinta anos, sempre foi visto pela organização do MST como um objeto e espaço significativo, pois, através de suas páginas, sua organização poderia se expressar não só para seus integrantes, mas também para leitores externos ao MST, mas que de certa forma simpatizavam-se com suas lutas. Para a organização do Movimento, o periódico é visualizado como seu “porta-voz”, como se pode perceber claramente na edição nº. 71, de março de 1988. Ao dizer que o jornal era uma das ferramentas mais antigas para a divulgação da luta dos trabalhadores, e que os sujeitos deveriam se manter informados, lendo o jornal, o MST destacava que “o jornal também é um órgão para divulgar a proposta do Movimento. O jornal é a voz do Movimento”<sup>12</sup>. Nessa perspectiva, para além de ser sua voz, Judite Strozake, militante do Movimento, em 1999, destacou que o jornal era um “patrimônio” e a “cara do MST”<sup>13</sup>. Sendo sua “voz”, seu “patrimônio”, e sua “cara”, o jornal se configura como um espaço e instrumento político de suma importância para a organização do MST.

As reflexões no texto se apóiam nos aportes teórico-metodológicos da “história cultural”, sobretudo, na perspectiva de Roger Chartier. Para este historiador, a preocupação central da história cultural seria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (1990: 17). Nesta perspectiva, os conceitos “complementares” de “práticas” e

---

<sup>10</sup> Na edição de março de 1984, o boletim passou a ter formato de tablóide. Nesse ano, o MST mudou o nome do periódico, que passou a ser chamado *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, sob sua responsabilidade. Em outubro de 1998, o Movimento inseriu o “Rurais” no nome, denominando-o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

<sup>11</sup> Essa mudança era vista pela Direção Nacional como estratégica no fortalecimento das lutas, pois na capital paulista, o MST teria a oportunidade de se fazer visto com mais intensidade. Com relação ao *Jornal Sem Terra*, era a oportunidade de conquistar mais leitores e espalhar suas edições para os mais diversos lugares do país (PERLI, 2007: 97).

<sup>12</sup> Como ler o jornal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1988, ano VIII, Nº 71. p. 16.

<sup>13</sup> STROZAKE, Judite. História nos reservou o tempo de lutar e construir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1999, ano XVII, n. 189. p. 3.

“representações” se configuram como basilares para entender o forjar de representações do MST sobre os Governos brasileiros e suas ações. Esses conceitos são complementares pelo fato de que as “práticas e representações são sempre resultados de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005: 134). Ou seja, cada grupo social possui suas “práticas” que geram “representações” e vice e versa, ao passo que estas são motivadas pelas necessidades e interesses dos grupos. O *Jornal Sem Terra* se configura como uma “prática discursiva” na organização do MST, que se revela um espaço privilegiado em que se constroem representações sobre diversas e distintas questões.

É possível dizer que “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e o grupo, ao qual pertence, criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre a realidade. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente. No “campo social”, (BOURDIEU, 2006), permeado de tensões e interesses conflitantes dos grupos, existem as “lutas de representações”. Nesse caso, para compreender as lutas de representações, que se dão por meio dos discursos, Chartier enfatiza que é necessário sempre “discernir a posição de quem fala”. Assim, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (1990: 17). Para a organização do MST, o *Jornal Sem Terra* se tornou um importante instrumento político nessas “lutas de representações”, sendo os Governos brasileiros um dos maiores alvos (se não for o maior) de seus discursos.

Uma questão fundamental a ser ressaltada é sobre qual o MST analisado por meio do *Jornal Sem Terra*. Entende-se que o MST, representado nos diversos acampamentos e assentamentos, compõe-se de uma diversidade de sujeitos, de procedências, valores e visões de mundo distintas, enfim, o Movimento é composto por um “corpo heterogêneo” (SILVA, 2004; BORGES, 2004; ALMEIDA, 2006; FARIAS, 2002; COELHO, 2007; CHAVES, 2000). Todavia, o MST representado nas páginas do *Jornal Sem Terra* é, em grande parte, dos militantes e intelectuais que integram sua

organização, a nível nacional. Como diria Silva (2004), são as “vozes autorizadas”, ou seja, aqueles que escrevem, pensam e projetam o MST, a partir de suas experiências de lutas, convicções políticas e ideológicas. Borges (2004) diria que esses sujeitos seriam a “vanguarda” do MST.

Ao nascer em fins do Regime Militar, o MST pode acompanhar e construir representações sobre diferentes momentos e eventos que marcaram a história do Brasil. Nessa época, destaca-se que houve a organização de diversos movimentos sociais (tanto no campo quanto na cidade), e um clamor nacional de distintos setores da sociedade em prol da democracia (SADER, 1988; GRZYBOWSKI, 1987). Nesta perspectiva, a organização do MST, no início dos anos de 1980, não foi um fenômeno isolado, muito pelo contrário, em fins da década de 1970, Sader (1988) destacou que “novos personagens entraram em cena na história do Brasil”, em que através dos movimentos sociais, contestavam, em sua maioria, as medidas políticas implementadas pelo Estado e reivindicavam direitos que até então lhes eram negados pelo Governo, e sacramentado por uma minoria privilegiada que, por sua vez, também mantinha vínculo com a direção do país.

No campo, as manifestações sociais foram intensas, reveladas tanto em número de participantes, quanto na diversidade de regiões em que estavam ocorrendo as lutas pela terra (GRZYBOWSKI, 1987: 17-18). A luta do MST, naquele contexto, não era apenas pela reforma agrária, mas também uma luta pela redemocratização do país. Entre os anos de 1983 e 1984, aconteceu a chamada “Diretas Já”, movimento civil organizado por diversos grupos, políticos e seguimentos sociais, que reivindicavam e se manifestavam, através de comícios, passeatas e discussões na sociedade, o direito do povo escolher seu presidente e outros governantes, ou seja, “eleições diretas” (DELGADO, 2007). O MST apoiava o movimento “Diretas Já” e, por meio do *Jornal Sem Terra*, isso ficou bastante evidente. Em abril de 1984, com a não aprovação pelo Congresso da Emenda Constitucional “Dante de Oliveira”, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República, o MST destacava que o “Brasil foi traído”, e que “uma minoria de parlamentares covardes e submissos frustraram a esperança de milhões de brasileiros que querem decidir o seu destino”<sup>14</sup>. A emenda recebeu 298 votos a favor,

---

<sup>14</sup> O Brasil traído. *Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, abril de 1984, ano III, n. 35. p. 2.

65 contra, 2 abstenções e tiveram ausentes 113 parlamentares, não sendo aprovada pela diferença de 22 votos.

Após a derrota da emenda que objetivava restabelecer eleições diretas para presidente, entre negociações e interesses políticos que se perfaziam entre os partidos e parlamentares, o Colégio Eleitoral do Congresso, em 1984, por meio de eleições “indiretas”, elegera Tancredo Neves como novo presidente do Brasil, tendo como vice José Sarney. Entretanto, Tancredo nem chegou a tomar posse do cargo de presidente, haja vista que se adoentou e faleceu em 21 de abril de 1985. Com isso, Sarney ocupou o cargo de presidente da República, elegendo o mandato até o ano de 1989, ano em que teve a primeira eleição direta para presidente, após o Golpe Militar de 1964.

Com o advento da chamada “Nova República”, havia a idéia de que o país retomaria seu caminho democrático. É importante ressaltar que a “Nova República” que nascia era, “na mesma moeda, a outra face da ‘Velha República’” (CAPELATO, 1988: 57). Para os pobres do campo e da cidade, a realidade social ainda deixava a desejar. Ao se consolidar no cenário nacional, por parte do MST, as representações sobre o Estado e suas ações foram constantes, sendo o *Jornal Sem Terra* um espaço e instrumento político privilegiado.

No Governo de Sarney (1985-1989), que ironicamente tinha identificações com o Regime Militar, as frustrações e representações criadas sobre o Governo eram intensas. Explicitamente, o MST se posicionava contra forças políticas da Nova República em decorrência de diversas questões, como por exemplo, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)<sup>15</sup>. Nesse contexto, o Movimento buscava “retratar a intensificação da mobilização frente à organização das forças políticas ruralistas na Nova República” (PERLI, 2007: 159). Em meados da década de 1980, Silva resalta que politicamente, o MST, teve que resistir as ações do Estado, cujo a maioria de seus representantes serviam aos interesses da grande propriedade rural, inibindo, ou até mesmo barrando qualquer tentativa de uma reforma agrária no país (2004: 59). Como presidente, Sarney era representado como a continuação da política dos militares. O

---

<sup>15</sup> O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi aprovado no Governo Sarney, em 1985, cujo objetivo era viabilizar de forma rápida a Reforma Agrária no país. Entretanto, o plano não teve êxito e nem conseguiu o apoio necessário dentro do próprio Governo Sarney. José Gomes da Silva, em seu livro “A Reforma Agrária na Virada do Milênio” (1996), discutiu de forma significativa as problemáticas que envolveram o PNRA no Governo Sarney.

Estado continuaria com os mesmos vícios dos governos passados<sup>16</sup>. A “Nova” República não teria nada de “nova”.

No que diz respeito ao campo e a reforma agrária, o MST não acreditava que o Estado presidido por Sarney poderia transformar a estrutura agrária do país. Aliás, o PNRA proposto pelo Governo Sarney era representado como se fosse um “golpe mortal” nos trabalhadores rurais, tido como semelhante ou até pior que o Estatuto da Terra, criado pelos militares<sup>17</sup>. São inúmeras as representações construídas no período em que Sarney esteve na presidência da República, sendo o Governo e os latifundiários caracterizados como maiores inimigos do MST e da reforma agrária. O Movimento ressaltava em setembro de 1986 que “o Governo da ‘Nova República já decidiu há muito tempo que não vai fazer a Reforma Agrária prometida aos trabalhadores”<sup>18</sup>. Representado como um Governo que deu continuidade aos “vícios” do Regime Militar, manchetes e editoriais como “Ninguém acredita nesse Governo”<sup>19</sup>; “Governo de Mentiras”<sup>20</sup>; “Fracassa terceiro ‘plano’ Sarney”<sup>21</sup>, dentre outros direcionados ao Estado eram recorrentes nas páginas do *Jornal Sem Terra*. Na “Nova República” de Sarney, uma das alternativas encontradas pelo MST para chamar a atenção das autoridades públicas e da sociedade foi a intensificação das ocupações de terras (FERNANDES; STEDILE, 2005: 67).

Um aspecto relevante a destacar é que desde sua criação, no bojo da abertura política do Brasil, o MST sempre se inseriu nas discussões sobre os processos políticos do país, bem como emitiu representações sobre os candidatos presidenciais. Essas questões eram sempre tratadas nos editoriais das publicações. Nas eleições presidenciais de 1989, assim como a de 1994, 1998 e 2002, o Movimento sempre participou e orientou seus integrantes nos tempos de eleição. Em relação a presidência, naquele período, sua organização deixava explícito que apoiava o torneiro mecânico, líder

---

<sup>16</sup> Os mesmos vícios do passado. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro/novembro de 1985, ano IV, n. 48, p. 2.

<sup>17</sup> Sarney da Golpe Mortal na Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1987, ano VI, n. 68.

<sup>18</sup> Tapeação do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1986, ano V, n. 56, p. 2.

<sup>19</sup> Ninguém acredita nesse Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1988, ano VIII, n. 72, p. 3.

<sup>20</sup> Governo de Mentiras. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1988, ano VIII, n. 73, p. 3.

<sup>21</sup> Fracassa terceiro ‘plano’ Sarney. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1989, ano IX, n. 83, p. 3.

sindical no ABC Paulista e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula. Enquanto Lula era sempre representado como a “esperança” de transformação, os outros presidenciáveis eram sempre tidos como “anti-povo”. Como exemplo, cita-se a eleição para presidente de 1989. Durante todo o processo eleitoral, tanto no primeiro como no segundo turno, o MST se manifestou publicando diversas matérias analisando os candidatos e criando representações sobre os mesmos. No jogo político e na luta por representações, a preferência por Lula era visível, sendo ele o único “representante do povo”, e que tinha assumido o compromisso de fazer a reforma agrária<sup>22</sup>.

Entretanto, nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito. Com Collor não foi diferente, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, se tornou um opositor ferrenho do Governo. Diante da postura do Governo Collor, logo início do mandato do recém presidente, o MST visualizava as políticas de Collor como “demagogia e arrocho”<sup>23</sup>. Muitas das representações que marcaram o Estado no período em que Collor estava no poder são de que ele era “autoritário e demagógico”, não se diferenciando dos militares e do Governo Sarney. “Na prática, é um Governo que não se diferencia dos militares e tão pouco do Sarney”<sup>24</sup>. Sobre o autoritarismo que marcou o Estado no Governo de Collor, destaca-se que diversas ações do Movimento foram reprimidas duramente (FERNANDES; STÉDILE, 2005: 69). Emérsom N. da Silva (2004, p. 68), ressalta que esse foi um período de “fogo”, no qual o MST teve muitas dificuldades para resistir. O Governo Collor, aparentemente democrático, utilizou táticas de repressão policial e isolamento político do Movimento, ou seja, não abriu possibilidades para o diálogo entre ambos.

As representações sobre as “mentiras” do Governo Collor, bem como a representação de que ele era “incapaz” foram constantes<sup>25</sup>. Não só construir representações sobre o estado e seus dirigentes políticos, o MST se configurava como um movimento político de resistência e pretendia combater o Governo. No editorial da

---

<sup>22</sup> Os trabalhadores enfrentam a burguesia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1989, ano IX, n. 89, p. 3.

<sup>23</sup> Organizar e Mobilizar pra Resistir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano X, n. 92, p. 3.

<sup>24</sup> A cara do Governo Collor: um governo autoritário e demagógico. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano X, n. 92, p. 8.

<sup>25</sup> Governo Incapaz. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1991, ano X, n. 106, p. 2.

publicação de outubro de 1990, a manchete era “Combater o Governo Collor”<sup>26</sup>. Esse combate era mediado pela denúncia, resistência e avanço nas lutas. Isto é, os trabalhadores, mesmo sendo isolados do cenário político, deveriam avançar, organizando acampamentos e atos públicos, também produzindo nos assentamento, dando a resposta a sociedade que a reforma agrária era necessária, viável e relevante para toda a sociedade brasileira. O lema oficial do MST no momento era “Ocupar, Resistir e Produzir”. Nessa perspectiva, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra* apoiou e divulgou as manifestações da mídia, políticos e sociedade civil que queria o impedimento do presidente Collor. “Fora Collor. Reforma Agrária Já” foi o título do editorial da publicação de setembro de 1992<sup>27</sup>. O MST sugeria uma paralisação nacional de toda a sociedade civil, para que Collor fosse impedido de atuar como presidente do Brasil.

Collor foi impedido do seu mandato no ano de 1992. Itamar Franco assumiu o Governo. Para a organização do MST, conforme Stedile, o Governo Itamar foi “interessante”, do ponto de vista do diálogo (FERNANDES; STEDILE, 2005: 71). Contudo, a relação entre MST e o Governo Itamar não eram tranquilas. Mesmo depois de toda comoção nacional e o impedimento de Collor, para o Movimento, o poder público continuava “Surdo e Mudo”. De forma irônica, dizia que Itamar não tinha dito para “que veio”. Isto é, não tinha noção de sua responsabilidade e planos para o Brasil. No que tange a reforma agrária, o MST enfatizava que o desinteresse para ouvir os trabalhadores e efetivar a reforma agrária era maior ainda. Demonstrando descontentamento e frustração, relatava que até aquele momento (1992), Itamar nem “sequer havia indicado o novo presidente do INCRA”<sup>28</sup>. O Movimento cobrava atitudes de Itamar, que em sua visão estava “perdido”, sem saber muito o que fazer na direção política do país. “Enfim, afasta-se Collor. E agora Itamar?”, esse era o título do editorial do jornal em dezembro de 1992<sup>29</sup>. O Governo Itamar era representado como estático, não mudando a situação do país, nem melhorando os projetos e políticas voltadas ao campo. Na edição de setembro de 1993, era propagado no título do editorial: “O caos do

---

<sup>26</sup> Combater o Governo Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1990, ano X, n. 97, p. 2.

<sup>27</sup> Fora Collor. Reforma Agrária Já. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1992, ano XI, n. 119, p. 2.

<sup>28</sup> Governo Surdo e Mudo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1992, ano XI, n. 121, p. 2.

<sup>29</sup> Enfim, afasta-se Collor. E agora Itamar? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1992, ano XI, n. 122, p. 2.

‘desgoverno’ Itamar”<sup>30</sup>. Diante da falta de atitude e complacência ao que estava ocorrendo, Itamar não era digno nem de se dizer que estava governando, e sim “desgovernando”. As representações sobre o Governo Itamar se estenderam até o final de seu governo, quando entrou na presidência da República Fernando Henrique Cardoso de Melo, ou FHC.

A relação entre MST e Governo FHC foram muito tensas. E isso já se evidencia na primeira edição do *Jornal Sem Terra*, após a vitória de FHC. Em outubro de 1994, a manchete era “A Falsa Democracia”, e no editorial o título dizia “Venceu a Mentira”<sup>31</sup>. Para a organização do MST, a década de 1990, foi um período de muitas lutas, principalmente, com a ofensiva do Governo de FHC para desmobilizar suas lutas, como se fosse um grupo violento e arcaico, bem como tentá-lo incriminar perante a sociedade (SILVA, 2004; FERNANDES; STEDILE, 2005: 140-146). Grande parte dos meios de comunicação buscou representar pejorativamente e incriminar o Movimento perante a sociedade.

O Governo FHC era representado como “Governo Velho e Conservador”, em que a maioria dos políticos conservadores e corruptos, desde a época do Governo Sarney, haviam continuado. Em 1995, o MST enfatizava, “mal o governo FCH assumiu e já temos a sensação de ser um governo velho. Afinal, é a tradicional elite brasileira que continua no poder. Mandando com os mesmos nomes, apenas fantasiados de social-democratas”<sup>32</sup>. Ilustrando e dando um tom de humor ao editorial, também é publicada uma charge que remete bem ao que foi salientado.



<sup>30</sup> O caos do ‘desgoverno’ Itamar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1993, ano XII, n. 129, p. 2.

<sup>31</sup> A Falsa Democracia; Venceu a Mentira. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1994, ano XIII, n. 141, p. 1-2.

<sup>32</sup> Um governo velho e conservador. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan/fev de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

Para o MST, as mesmas moscas que já vinham pairando sobre a política brasileira, desde o início da “Nova República”, continuaram estabelecendo morada no “bolo” chamado Brasil. No Governo FHC, tão hostilizado pela organização do MST, nem as “moscas” (políticos) históricas haviam mudado. Eram os mesmos “senhores do regresso” que detinham o poder político no país. Também, em menos de três meses de trabalho, o Governo de FHC era representado como um “Governo de nhe-nhe-nhém”, que só pronunciava belos discursos, mas que na prática era “velho e conservador”<sup>33</sup>. O MST, diante da situação, incentivava seus integrantes de que era preciso lutar e ocupar latifúndios improdutivos.

No Governo FHC, foi impulsionada a implantação do modelo político e econômico neoliberal no país, que já vinha sendo desenvolvido em meados da década de 1980, com a abertura política do país (VARGAS NETTO, 2007; COLETTI, 2005; SILVA, 2004). Esse modelo favoreceu o capital estrangeiro e as diversas multinacionais que investiam no Brasil. Na visão do MST, entraria em cena um novo inimigo de sua organização: o neoliberalismo<sup>34</sup>. É possível dizer que nos oito anos (1995-2002) que FHC ficou na presidência da República, houve uma relação de “ódio” entre MST e Governo FHC. No que tange a reforma agrária, para o MST, ela “não existia”. Mascaravam-se os dados, inventavam números e divulgavam nas mídias nacionais, como se as ações do MST não tivessem sentido<sup>35</sup>. O “mentiroso”, ou o “pinóquio FHC” só fazia a reforma agrária na “televisão”, como expressa de forma humorística a charge publicada em janeiro de 2002.

---

<sup>33</sup> Um Governo de Nhe-nhe-nhém. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

<sup>34</sup> Sobre a trajetória política do MST face ao Governo de FHC, ver: Claudinei Coletti (2005).

<sup>35</sup> Em seu primeiro mandato (1995-1998), FHC divulgou que iria distribuir 400 mil títulos de propriedades, todavia, conforme a pesquisadora Alzira Salete Menegat (2003), até o ano 2000, já em seu segundo mandato, o Governo FHC havia beneficiado 372.866 famílias. No que tange ao número de famílias assentadas no Governo FHC, vale ressaltar que a quantia registrada levou em consideração também as áreas regularizadas, não somente as desapropriadas. Sendo assim, potencializou o número de famílias assentadas, quando na verdade estava apenas regularizando situações já existentes e não desapropriando novas áreas (MENEGAT, 2003, p. 21-23).



A esperança para o MST, desde 1989, era Lula, que era a representação da esquerda, dos interesses do povo, em contraposição com os Governos que havia passado na “Nova República”. Se Lula chegasse ao poder, a esperança de viver e realizar a Reforma Agrária definitivamente estava viva. Foi assim que, em 2002, no findar do segundo mandato de FHC, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra* investiu na campanha de Lula para presidência. Era chegada a hora de um representante do povo chegar ao poder. E, esse dia chegou. Nas eleições de 2002, Lula era eleito o novo presidente do Brasil. Na manchete da publicação de novembro de 2002, era estampado com entusiasmo – “Povo vota em mudanças e elege Lula presidente” – “Um novo Brasil está nascendo”<sup>36</sup>. Aquele momento histórico era considerado pelo MST “uma vitória do povo”. Mas, será que as relações tensas entre MST e o Governo do Brasil teriam acabado com o advento de Lula na presidência? Como se deu o processo de relacionamento e diálogo entre MST e governo Lula? Será que a Reforma Agrária desejada pelo MST foi implementada? Na perspectiva do Movimento, era “hora de arregaçar as mangas” e transformar o Brasil em um governo de caráter popular, em que o povo era o início, meio e fim. Lula era visto como o presidente e a esperança para essa transformação<sup>37</sup>.

Nos primeiros meses do Governo Lula, o MST destacava que Lula seria o presidente “firme”, que acabaria com a crise e sucateamento instaurado por FHC, e faria a reforma agrária tão almejada por milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra<sup>38</sup>. Seria ele o presidente que valorizaria a pequena propriedade. É interessante

<sup>36</sup> Povo vota em mudanças e elege Lula presidente – Um novo Brasil está nascendo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225.

<sup>37</sup> Hora de arregaçar as mangas. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 2002, ano XXI, n. 226, p. 1-2.

<sup>38</sup> Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, feve/mar de 2003, n. XXI, n. 227, p. 2.

notar que o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, pela primeira vez, construía representações positivas do Governo e do presidente do Brasil, desde a “Nova República”. Os discursos, pelo menos por um tempo, se transformaram. De oposição ao Governo, era preciso incentivar Lula, representante do povo e da esperança. Nas edições seguintes, as publicações apoiavam o Governo a “quebrar” os vícios de governos passados. Também era preciso que Lula e sua equipe de Governo “quebrassem” a “resistência das elites”<sup>39</sup>.

Todavia, os discursos do MST, em relação ao Governo Lula se transformaram rapidamente. Bastaram cinco meses, o MST já dava evidências de que estava desacreditando no Governo Lula. No editorial de maio de 2003, os discursos da Direção Nacional já apontavam para essa questão: “é crescente o sentimento de decepção dos setores organizados da sociedade com o governo Lula. Não restam dúvidas que a composição do governo – privilegiando banqueiros e industriais em cargos estratégicos da política econômica – e a continuidade da política de FHC (...) estão na raiz dessa decepção<sup>40</sup>”. Logo depois de cinco meses de Governo, MST e Governo Lula já demonstrava certas tensões, especialmente no que diz respeito ao fato do Governo ainda não ter começado a construir políticas voltadas ao campo. Na ótica do MST, era preciso que o Governo fizesse e executasse um “Plano Nacional de Reforma Agrária”<sup>41</sup>, diferente de todas as políticas de reforma agrária feitas em governos anteriores.

No transcorrer do primeiro mandato do Governo Lula, o MST, através de diversas publicações não escondia mais sua frustração e decepção com Lula e sua equipe de Governo. Os sentidos dos discursos já eram mais severos, de que Lula não cumpriu o que prometeu, e o MST voltava a ser um opositor ao Governo e suas políticas, sobretudo voltadas ao campo. A figura de Lula era representada como “inerte”, no sentido de que ele não tinha coragem para enfrentar os vícios de governos anteriores, dando continuidade a política neoliberal fortalecida no Governo FHC. Após 15 meses do Governo Lula, o Movimento não colocava mais a esperança de transformação social e a efetivação da reforma agrária nas ações políticas de Lula.

---

<sup>39</sup> É preciso quebrar a resistência das elites. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 2.

<sup>40</sup> Nossa tarefa de lutar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2003, ano XXI, n. 229, p. 2.

<sup>41</sup> Por um Plano Nacional de Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2003, ano XXI, n. 230, p. 2.

Muito pelo contrário, enfatizava que as mudanças só viriam com a mobilização. O Brasil, principalmente os pobres do campo precisavam se mobilizar e “gritar” para que Lula ouvisse o clamor do povo, que o elegeu em outubro de 2002<sup>42</sup>.

Os movimentos sociais, e de forma intensa o MST perguntava-se: Para onde vai o Governo Lula? Para junto dos movimentos sociais e do povo, ou para junto dos banqueiros, latifundiários e outros grupos que detinham o poder econômico no país<sup>43</sup>? Em março de 2005, em seu editorial, o MST, salientava que o Governo Lula precisava “decidir, urgentemente, se continuará alimentando a voracidade do capital externo ou se passará a olhar para as necessidades do nosso país”<sup>44</sup>.

Em análises preliminares, observa-se que a partir de 2004, os discursos referentes ao Lula se transformaram definitivamente. Ele não era mais a esperança de transformação. Os pobres do campo teriam que lutar para conquistar a reforma agrária. São diversas as publicações que questionavam o modelo econômico adotado por Lula e sua equipe de Governo, sendo as críticas severas, principalmente, pelo fato de que Lula havia privilegiado o agronegócio, em detrimento da pequena propriedade. Todavia, por mais que havia o descontentamento e frustração com a lentidão e não cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal para a reforma agrária, o MST, em comparação com governos anteriores, foi bem mais ameno com o Governo Lula. Cobrava-se atitude política, mas as representações construídas em torno do Governo não eram tão pejorativas quanto foram com Sarney, Collor, Itamar e FHC. Diante disso, porque as representações sobre o Governo Lula eram mais “suaves”, no sentido de descaracterizar e desmoralizar suas ações? Seriam os vínculos históricos que ligavam a figura de Lula aos pobres da terra? Seria por causa das crenças e ideais que dirigentes do Movimento e Lula em determinados momentos compartilharam?

As reflexões iniciais de pesquisa apresentadas neste texto tiveram o objetivo de mostrar, o quanto são significativas e interessantes as representações construídas pelo MST sobre os Governos brasileiros e suas ações. O estudo histórico dessas representações apresenta ampla relevância para historiografia, sobretudo, no que diz

---

<sup>42</sup> É preciso mudanças já: mas elas só virão com mobilização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2004, ano XXII, n. 238, p. 2.

<sup>43</sup> O desafio da construção de um autêntico projeto nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2004, ano XXII, n. 240, p. 3.

<sup>44</sup> A ofensiva das elites. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2005, ano XXIII, n. 249, p. 2.

respeito ao melhor entendimento dos caminhos e descaminhos do MST no cenário nacional, bem como para a compreensão de como este movimento social, que se tornou referência em toda a América Latina, vem se relacionando e se posicionando acerca das ações políticas, econômicas e sociais empreendidas pelos Governos do Brasil. Compreender essas representações é contribuir também para o entendimento de como o MST foi produzindo seus discursos e expondo suas idéias e concepções políticas e ideológicas ao longo do tempo.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- BARROS, José D' Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Diálogos** – Revista de História do DHI/PPH/UEM, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BORGES, Maria C. **De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra**: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP. 2004. 391 f. Tese (Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAVES, Christine de A. **A Marcha Nacional dos Sem Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- COELHO, Fabiano. **A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST**. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.
- CORAZZA, Gilberto. **O MST e um Projeto Popular para o Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Regional do Alto do Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo.
- DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-427.
- FARIAS, Marisa de F. Lomba de. **Assentamento Sul Bonito**: As incertezas da travessia na luta pela terra. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação N° 30 (MST). São Paulo: Editora Perez, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER, Luiz I. G. **Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mídia, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987.

IOKOI, Zilda M. G. Os movimentos sociais e a luta pela terra. In: MACHADO, Maria C. T.; PATRIOTA, Rosângela. **Política, Cultura e Movimentos Sociais**: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. p. 235-255.

LARA JUNIOR, Nadir. **A mística no cotidiano do MST**: a interface entre religiosidade popular e política. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino**: história de luta pela reforma agrária. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARTINS, José de S. **Caminhada no Chão da Noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MENEGAT, Alzira Salete. **No Coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia – as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP, Araraquara.

PERLI, Fernando. **Sem Terra: de boletim a tablóide**. Um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Luta Divulgada**: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001). 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Cristiani B. da. **Homens e Mulheres em Movimento** - Relações de Gênero e Subjetividades no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SILVA, José Gomes da. **Buraco Negro**: a reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VARGAS NETTO, Sebastião L. F. **A Mística da Resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. 2007. 390 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

VENDRAMINI, Célia. **Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 1997. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos.